
CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA

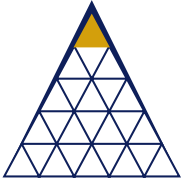


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS
30 DE JUNHO DE 2017 E 2016



ÍNDICE

- **Demonstrações Financeiras Combinadas do Conglomerado Financeiro Alfa de 30 de junho de 2017 e 2016**
 - Conteúdo**
 - Relatório da Administração 1
 - Balanço Patrimonial Combinado..... 3
 - Demonstração Combinada do Resultado..... 5
 - Demonstração Combinada das Mutações do Patrimônio Líquido..... 5
 - Demonstração Combinada dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 6
 - Demonstração Combinada do Valor Adicionado 7
 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Combinadas..... 8
 - Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do 1º Semestre de 201723
 - Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras Combinadas..... 24
 - **Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Contadora..... 25**
 - **Produtos e Serviços..... 26**
 - **Sede e Agências 27**
-



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA

BANCO ALFA S.A.,
FINANCEIRA ALFA S.A. - CFI,
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS
ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
E BRI PARTICIPAÇÕES LTDA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos divulgando as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Alfa correspondentes às atividades desenvolvidas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 acrescidas das Notas Explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Essas demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes instituições financeiras: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Banco Alfa de Investimento S.A. e suas empresas controladas e seus correspondentes percentuais de participação: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (99,985%), Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (100,0%) e BRI Participações Ltda. (99,999%).

Essas demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes e consideram as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. pelo método financeiro.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2017 tem sido de certa forma contraditório. Se por um lado, vem apresentando efeitos levemente positivos na economia, por outro lado ainda perdura a crise no âmbito político. As reformas econômicas, os incentivos à retomada da atividade e o controle da inflação se destacam em termos positivos, no entanto dificuldades nos acordos entre líderes do governo, investigações da operação Lava-Jato, desemprego latente e a lenta recuperação na confiança dos investidores, geram instabilidade no cenário prospectivo.

A medida que as expectativas de inflação dos agentes se ancoravam abaixo do centro da meta para 2018 e a confiança estava se reestabelecendo, os ativos financeiros e dados econômicos seguiam em direção de uma recuperação da economia e melhora no cenário, permitindo ao Banco Central um horizonte maior de flexibilização da política monetária, com projeções de mercado para a taxa Selic em torno de 8% a.a. até o final de 2017. No entanto, com o desemprego atingindo 13,7%, alta capacidade ociosa da indústria e baixos investimentos, a atividade vem mostrando lenta recuperação em diversos setores da economia.

No âmbito político, o desenrolar das Reformas Trabalhista e da Previdência delineavam perspectivas positivas, principalmente do lado fiscal, ratificando o compromisso do governo e da equipe econômica em colocar o país em rota de um crescimento sustentável.

Em maio, após a curva de juros e a taxa de câmbio atingirem patamares próximos às mínimas, o otimismo foi interrompido por mais uma crise política envolvendo o governo central, que pôs novamente em xeque a credibilidade do Governo e a continuidade das reformas, aumentando os riscos e a volatilidade dos ativos financeiros.

Apesar dessas oscilações, ao longo dos últimos meses, a aprovação da Reforma Trabalhista e o distanciamento da equipe econômica dos problemas políticos, deram um certo alívio aos investidores, contribuindo para devolver parte da credibilidade do Governo, fazendo com que os níveis atuais dos preços dos ativos se aproximassem dos observados anteriormente ao episódio envolvendo o governo central e outros integrantes da base aliada.

No mercado internacional, a incerteza com relação ao governo de Donald Trump perdura, enquanto podemos evidenciar uma melhora da atividade econômica na Zona do Euro. Sem muitas surpresas no contexto internacional e com as commodities reagindo positivamente, o fluxo de capital para países emergentes se acentuou, fazendo com que as moedas e os ativos desses países se valorizassem ao longo deste primeiro semestre de 2017.

A expectativa para o próximo semestre está pautada na queda da taxa Selic, inflação comportada e expectativa pela aprovação da reforma da previdência, mesmo que alterada em diversos pontos. Ainda assim, o problema fiscal persiste, a atividade econômica deve permanecer fraca e quaisquer novidades no âmbito da Lava-Jato e possíveis imbróglis políticos podem trazer novamente aversão ao risco e volatilidade nos mercados.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado e patrimônio líquido

As instituições do Conglomerado Financeiro Alfa apresentaram lucro líquido combinado de R\$ 66.814 mil, no 1º semestre de 2017 (1º semestre de 2016 R\$ 63.968 mil).

O patrimônio líquido combinado atingiu R\$ 2.301.374 mil ao final do semestre (30/06/2016 R\$ 2.208.117 mil).

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 24,91% (30/06/2016 24,81%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rating

As instituições do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moodys: "NP", para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2 " para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3 " para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados e administrados

O volume de recursos captados e administrados atingiu R\$ 15.336.100 mil ao final do semestre (30/06/2016 R\$ 14.734.584 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 189.355 mil (30/06/2016 R\$ 122.184 mil) em depósitos à vista, interfinanceiros e a prazo, R\$ 1.899.990 mil (30/06/2016 R\$ 2.199.986 mil) em captações no mercado aberto, R\$ 5.607.364 mil (30/06/2016 R\$ 5.936.041 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos, R\$ 142.506 (30/06/2016 R\$ 135.685 mil) em empréstimos obtidos no país, R\$ 107.286 mil (30/06/2016 R\$ 2.950 mil) em empréstimo obtidos no exterior, R\$ 1.673.987 mil (30/06/2016 R\$ 1.639.950 mil) em recursos obtidos junto ao BNDES, R\$ 6.000 mil (30/06/2016 R\$ zero) em repasses no exterior, R\$ 25.257 mil (30/06/2016 R\$ 64.935 mil) em venda de ativos financeiros e R\$ 5.684.355 mil (30/06/2016 R\$ 4.632.853 mil) em fundos de investimento e carteira administrada.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 12.484.805 mil (30/06/2016 R\$ 12.744.262 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 5.242.468 mil (30/06/2016 R\$ 5.573.248 mil).

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.594.047 mil (30/06/2016 R\$ 4.775.428 mil), correspondente a 36,8% (30/06/2016 37,5%) dos ativos totais. Representada principalmente por 97,8% (30/06/2016 95,4%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa mantiveram a sua posição de alta liquidez encerrando o período com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.079.125 mil (30/06/2016 R\$ 2.197.371 mil).

O Conglomerado Financeiro Alfa classificou 3,2% (30/06/2016 21,7%) dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos mantidos até o vencimento", em razão da intenção da Administração e de sua capacidade financeira comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria.

A carteira de crédito incluindo, empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, repasses interfinanceiros, fianças prestadas e ajuste a valor de mercado item objeto de *hedge*, nos termos da Carta-Circular BACEN nº 3.624/13, atingiu o saldo de R\$ 7.845.632 mil ao final do semestre (30/06/2016 R\$ 7.889.406 mil).

Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 97,1% (30/06/2016 97,7%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência.

O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 78.972 mil (30/06/2016 R\$ 103.523 mil) correspondente a 1,2% (30/06/2016 1,5%) da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, sendo que R\$ 62.736 mil (30/06/2016 R\$ 80.700 mil) encontravam-se vencidos há mais de 60 dias. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 205.475 mil (30/06/2016 R\$ 190.467 mil), correspondendo a 3,0% (30/06/2016 2,8%) da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, 59,7% (30/06/2016 56,6%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27 de julho de 2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Alfa, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceites, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 14 de agosto de 2017, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras individuais das instituições financeiras que fazem parte do Conglomerado Financeiro Alfa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Conglomerado Financeiro Alfa ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 23 de agosto de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO
(EM R\$ MIL)

ATIVO

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Circulante	9.541.409	9.329.903
Disponibilidades	3.501	4.460
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	619.902	722.804
Aplicações no Mercado Aberto	587.487	707.496
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	32.415	15.308
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	4.609.042	4.472.965
Carteira Própria	2.079.125	1.979.034
Vinculados a Operações Compromissadas	1.905.570	2.208.675
Vinculados à Prestação de Garantias	609.352	253.100
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	14.995	32.156
Relações Interfinanceiras	15.564	10.666
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.926	5.222
Depósitos no Banco Central	5.551	5.427
Repasse Interfinanceiros (Nota 05)	6.000	-
Correspondentes	87	17
Operações de Crédito (Nota 05)	3.649.456	3.687.397
Setor Privado	3.686.050	3.701.687
Vinculadas à Cessão	17.195	42.105
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(53.789)	(56.395)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 05)	116.843	112.370
Setor Privado	136.732	117.517
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(19.889)	(5.147)
Outros Créditos	507.907	305.910
Carteira de Câmbio (Nota 06)	116.795	3.786
Rendas a Receber	3.262	2.238
Negociação e Intermediação de Valores	80.874	5.409
Diversos (Nota 07)	312.900	299.289
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(5.924)	(4.812)
Outros Valores e Bens (Nota 7b)	19.194	13.331
Outros Valores e Bens	11.088	3.622
(Provisão para Desvalorização)	(1.541)	(851)
Despesas Antecipadas	9.647	10.560
Realizável a Longo Prazo	2.928.083	3.399.360
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	13.524	377.479
Carteira Própria	-	218.337
Vinculados a Operações Compromissadas	-	116.282
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	13.524	42.860
Operações de Crédito (Nota 05)	2.371.456	2.621.082
Setor Privado	2.484.913	2.711.962
Vinculadas à Cessão	6.644	21.563
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(120.101)	(112.443)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 05)	149.806	123.923
Setor Privado	155.550	131.253
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.744)	(7.330)
Outros Créditos	393.234	276.811
Diversos (Nota 07)	393.262	281.151
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(28)	(4.340)
Outros Valores e Bens (Nota 7b)	63	65
Despesas Antecipadas	63	65
Permanente	15.313	14.999
Investimentos	1.216	1.216
Outros Investimentos	1.216	1.216
Imobilizado de Uso	11.089	11.175
Imóveis de Uso	2.897	2.897
Outras Imobilizações de Uso	22.444	25.136
(Depreciação Acumulada)	(14.252)	(16.858)
Imobilizado de Arrendamento	103	564
Bens Arrendados	490	1.366
(Depreciação Acumulada)	(387)	(802)
Intangível	2.905	2.044
Ativos Intangíveis	5.858	4.257
(Amortização Acumulada)	(2.953)	(2.213)
Total Geral do Ativo	12.484.805	12.744.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO
(EM R\$ MIL)

PASSIVO

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Circulante	6.195.803	5.506.424
Depósitos (Nota 09)	164.535	53.904
Depósitos à Vista	23.693	22.321
Depósitos a Prazo	140.842	31.583
Captações no Mercado Aberto (Nota 09)	1.899.990	2.199.986
Carteira Própria	1.899.990	2.199.986
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	2.787.941	2.567.407
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.787.941	2.567.407
Relações Interfinanceiras	3.034	2.907
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3.034	2.907
Relações Interdependências	14.272	18.152
Recursos em Trânsito de Terceiros	14.272	18.152
Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	249.792	2.950
Empréstimos no País	142.506	-
Empréstimos no Exterior	107.286	2.950
Obrig. por Repasses no País - Inst. Oficiais (Nota 09)	816.822	511.697
BNDES	581.791	154.447
FINAME	235.031	357.250
Obrig. por Repasses no Exterior	6.000	-
Repasses no Exterior	6.000	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	63.912	14.461
Instrumentos Financeiros Derivativos	63.912	14.461
Outras Obrigações	189.505	134.960
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.140	8.127
Carteira de Câmbio (Nota 06)	464	1.407
Sociais e Estatutárias	30.056	27.918
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	47.236	46.278
Negociação e Intermediação de Valores	971	2.375
Diversas (Nota 10b)	103.638	48.855
Exigível a Longo Prazo	3.967.406	5.003.117
Depósitos (Nota 09)	24.820	68.280
Depósitos a Prazo	24.820	68.280
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	2.819.423	3.368.634
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.819.423	3.368.634
Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	-	135.685
Empréstimos no País	-	135.685
Obrig. por Repasses no País - Inst. Oficiais (Nota 09)	857.165	1.128.253
BNDES	342.902	541.794
FINAME	514.263	586.459
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	91.278	70.017
Instrumentos Financeiros Derivativos	91.278	70.017
Outras Obrigações	174.720	232.248
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	56.817	98.901
Diversas (Nota 10b)	117.903	133.347
Resultado de Exercícios Futuros	20.222	26.604
Patrimônio Líquido	2.301.374	2.208.117
Capital Social	1.102.057	1.057.157
De Domiciliados no País	1.030.371	987.828
De Domiciliados no Exterior	71.686	69.329
Reservas de Capital	18.905	20.259
Reservas de Lucros	1.181.605	1.135.254
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(847)	(4.116)
Ações em Tesouraria	(346)	(437)
Total Geral do Passivo	12.484.805	12.744.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

**DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM R\$ MIL)**

	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira	805.983	895.181
Operações de Crédito	536.446	673.810
Resultado com Operações de Arrendamento Mercantil	21.424	23.634
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	300.935	348.836
Resultado de Operações de Câmbio	10.676	6.880
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16f)	(68.581)	(158.302)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	5.083	323
Despesas da Intermediação Financeira	(531.261)	(638.203)
Operações de Captação no Mercado	(427.023)	(587.071)
Operações de Empréstimos e Repasses	(75.116)	(4.226)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 05i)	(27.292)	(42.067)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 05)	(1.830)	(4.839)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	274.722	256.978
Outras Receitas/(Despesas Operacionais)	(173.278)	(158.847)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias (Nota 18a)	38.004	32.747
Despesas de Pessoal	(86.831)	(82.862)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18b)	(56.319)	(52.424)
Despesas Tributárias	(19.426)	(19.371)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18c)	32.386	34.945
Outras Despesas Operacionais (Nota 18d)	(81.092)	(71.882)
Resultado Operacional	101.444	98.131
Resultado não Operacional (Nota 18e)	(736)	(9)
Resultado antes da Tributação e Participações	100.708	98.122
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 08a)	(29.359)	(30.182)
Imposto de Renda	(27.206)	12.676
Contribuição Social	(21.625)	6.167
Ativo Fiscal Diferido	19.472	(49.025)
Participações Estatutárias no Lucro	(4.535)	(3.972)
Empregados	(4.535)	(3.972)
Lucro Líquido	66.814	63.968

**DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM R\$ MIL)**

EVENTOS	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31/12/2015	1.017.707	-	20.259	1.130.953	(5.682)	-	-	2.163.237
Aumento de Capital	39.450	-	-	(39.450)	-	-	-	-
Outros Eventos:								
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(437)	(437)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	1.566	-	-	1.566
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	63.968	-	63.968
Destinações:								
Reservas	-	-	-	43.751	-	(43.751)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(20.217)	-	(20.217)
Saldos em 30/06/2016	1.057.157	-	20.259	1.135.254	(4.116)	-	(437)	2.208.117
Mutações do Semestre	39.450	-	-	4.301	1.566	-	(437)	44.880
Saldos em 31/12/2016	1.057.157	-	20.259	1.181.145	1.126	-	(1.354)	2.258.333
Aumento de Capital	14.600	30.300	-	(44.900)	-	-	-	-
Outros Eventos:								
Aquisições de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	(346)	(346)
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	(1.354)	-	-	-	1.354	-
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(1.973)	-	-	(1.973)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	66.814	-	66.814
Destinações:								
Reservas	-	-	-	45.360	-	(45.360)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(21.454)	-	(21.454)
Saldos em 30/06/2017	1.071.757	30.300	18.905	1.181.605	(847)	-	(346)	2.301.374
Mutações do Semestre	14.600	30.300	(1.354)	460	(1.973)	-	1.008	43.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM R\$ MIL)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	66.814	63.968
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	39.875	51.500
Depreciações e Amortizações	1.560	1.406
Depreciações Imobilizado de Arrendamento Operacional	100	200
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27.292	42.067
Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	14.851	12.620
Ajuste de Atualização de Depósito Judicial	(3.928)	(4.793)
(AUMENTO)/REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(948.122)	783.307
Títulos e Valores Mobiliários	(752.193)	48.859
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(12.280)	-
Operações de Crédito	(34.845)	292.357
Operações de Arrendamento Mercantil	(23.202)	15.919
Outros Créditos	(110.401)	348.470
Outros Valores e Bens	3	1.565
Relações Interfinanceiras	(8.691)	76.197
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(12.905)	(3.312)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	6.283	3.210
Alienação de Imobilizados de Arrendamento	109	42
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(273.585)	(537.202)
Depósitos	94.143	(339.613)
Captações no Mercado Aberto	299.173	(1.010)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(545.359)	(226.392)
Relações Interfinanceiras	(751)	565
Relações Interdependências	(2.627)	(1.170)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(96.910)	156.073
Instrumentos Financeiros Derivativos	48.555	22.348
Outras Obrigações	(13.462)	(95.326)
Resultados de Exercícios Futuros	621	(5.102)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(56.968)	(47.575)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.115.018)	361.573
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(987)	(3.031)
Aplicações no Intangível	(1.541)	(1.532)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	319	286
Alienação de intangíveis	6	-
Alienação de Imobilizados de Uso	456	33
Títulos Mantidos até o Vencimento	955.688	(64.115)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	953.941	(68.359)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de ações de emissão própria	(346)	(437)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(20.316)	(19.773)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(20.662)	(20.210)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(181.739)	273.004
Caixa e equivalentes no início do semestre	776.101	454.260
Caixa e equivalentes no final do semestre	594.362	727.264
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	(181.739)	273.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

**DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM R\$ MIL)**

	2017	2016
1. RECEITAS	848.345	920.797
Intermediação Financeira	805.983	895.181
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	38.004	32.747
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(27.292)	(42.067)
Outras Receitas Operacionais	32.386	34.945
Resultados não Operacionais	(736)	(9)
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(503.969)	(596.136)
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	128.890	115.794
Materiais, Energia e Outros (Materiais de Consumo, Telefone e Água)	2.974	2.919
Serviços de Terceiros	125.916	112.875
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	215.486	208.867
5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.560	1.406
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	213.926	207.461
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	213.926	207.461
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	213.926	207.461
Pessoal	77.535	73.375
Remuneração Direta	61.292	57.209
Benefícios	11.136	10.368
F.G.T.S.	5.107	5.798
Imposto, Taxas e Contribuições	62.614	63.012
Federais	60.732	61.330
Estaduais	13	24
Municipais	1.869	1.658
Remuneração de Capitais de Terceiros	6.948	7.101
Aluguéis	6.948	7.101
Outras (Doações Filantrópicas)	15	5
Remuneração de Capitais Próprios	66.814	63.968
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21.454	20.217
Lucros Retidos do Semestre	45.360	43.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(01) - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

(a) Atividade e estrutura do grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa (doravante denominado "Conglomerado") tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíram o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento - CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. (doravante denominado "BAI") é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (doravante denominado "ACCVM"), a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (doravante denominado "AAM") e a BRI Participações Ltda. (doravante denominado "BRI"). Além destas entidades o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI (doravante denominado "FASA") e o Banco Alfa S.A. (doravante denominado "BASA"), empresas essas que não são investidas das empresas anteriormente citadas. O BAI e a FASA são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Conglomerado possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado estão sendo apresentadas com o objetivo de possibilitar uma análise conjunta das instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, independente da estrutura societária, utilizando-se as demonstrações financeiras individuais das empresas:

-BASA;

-FASA e

-BAI e suas empresas controladas diretas e indiretas e seus correspondentes percentuais de participação:

<u>Controladas</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
BRI Participações Ltda.	99,999%	99,999%

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 11/08/2017. As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria e as empresas BAI e FASA pelo Conselho de Administração em 14/08/2017 e estão divulgadas, no endereço eletrônico www.alfanet.com.br.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(c) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Conglomerado, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Conglomerado e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de atacado e varejo, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, financiamento, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

(02) - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

(a) Consolidação: Na elaboração das Demonstrações Financeiras Combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes do Conglomerado. Foram consideradas também as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. pelo método financeiro.

(b) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nºs 3.068 e 3.082 (vide notas explicativas nº 04 "b" e 16). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (vide nota explicativa nº 5 "g").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(d) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068 de 08/11/2001:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda;
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira do Conglomerado de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e

ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgadas por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(e) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Conglomerado ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e/ou Circular BACEN nº 3.129/02, são classificados de acordo com sua natureza em:

- **Hedge de Risco de Mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Conglomerado não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de "*hedge* de fluxo de caixa". O Conglomerado, conforme descrito na nota explicativa nº 16, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito, arrendamento mercantil e empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e captação designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082/02 são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE e Dólar X DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082/02, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 16 destas Demonstrações Financeiras Combinadas.

(f) Cessão de créditos: Para cessões de crédito com coobrigação realizadas no período de outubro de 2008 a outubro de 2009, a Administração do Conglomerado, adotou a faculdade prevista na Resolução CMN nº 3.673 de 26 de dezembro de 2008 de aplicação antecipada dos procedimentos definidos na Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008.

Cessões de crédito com coobrigação realizadas após 1º de janeiro de 2012, estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014. Dispõe a Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008 que em cessões de crédito com coobrigação, onde em razão da coobrigação assumida ocorre a retenção substancial pelo cedente dos riscos e benefícios relacionados às operações de crédito objeto de cessão, deve:

- o ativo financeiro objeto da venda/cessão deve permanecer na sua totalidade registrado no ativo, na rubrica "operações de crédito - vinculadas à cessão";
- os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida, rubrica "outras obrigações - diversas - obrigações por operações vinculadas à cessão"; e

- as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036 de 30/11/2011 de diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida, registrando, desta forma, os resultados destas renegociações no mesmo período contábil em que são realizadas.

As cessões de crédito com transferência dos riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, e, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas cessões de crédito com retenção dos riscos, os ativos financeiros objetos da venda ou de transferência devem permanecer registrados no ativo, na rubrica "Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão". Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, e, as receitas e despesas são apropriadas mensalmente, de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(g) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4,0%; veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%. Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(i) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Conglomerado a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 08 "b").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(j) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 5 "h");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 16);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das Demonstrações Financeiras Combinadas.

(k) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
ii) Passivos Contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

O Conglomerado possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com taxa indexada de 100,0% do CDI (pós-fixada) e aplicações no mercado aberto com taxa indexada de 10,15% (pré-fixada) e prazo de vencimento até 03/07/2017.

(l) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras combinadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Conglomerado. Exceto quando indicado, as Demonstrações Financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações no mercado aberto - pos. bancada: títulos públicos do tesouro nacional	587.487	707.496
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.041	-
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>3.374</u>	<u>15.308</u>
Total - aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>619.902</u>	<u>722.804</u>

O Conglomerado possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com taxa indexada de 100,0% do CDI (pós-fixada) e aplicações no mercado aberto com taxa indexada de 10,15% (pré-fixada) e prazo de vencimento até 03/07/2017.

(04) - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2017	30/06/2016
Títulos do tesouro nacional	1.976.017	1.975.637
Letras financeiras do tesouro	1.280.965	714.892
Letras do tesouro nacional	695.052	996.194
Notas do tesouro nacional	-	264.551
Ações de companhias abertas	24.544	10.304
Notas promissórias	58.961	107.800
Cotas de fundos de investimento	5.023	77.984
Cédulas do produto rural	<u>14.580</u>	<u>25.646</u>
Títulos livres	<u>2.079.125</u>	<u>2.197.371</u>
Títulos do tesouro nacional	2.514.922	2.578.057
Letras financeiras do tesouro	914.474	1.255.952
Letras do tesouro nacional	<u>1.600.448</u>	<u>1.322.105</u>
Títulos vinculados	<u>2.514.922</u>	<u>2.578.057</u>
TOTAL - Títulos e valores mobiliários	<u>4.594.047</u>	<u>4.775.428</u>
Swaps - diferencial a receber	28.495	75.016
Prêmios de Opções	<u>24</u>	<u>-</u>
TOTAL - Instrumentos financeiros derivativos (*)	<u>28.519</u>	<u>75.016</u>
TOTAL GERAL	<u>4.622.566</u>	<u>4.850.444</u>

(*) Vide detalhes na nota explicativa nº 16.

(b) Carteira de títulos e valores mobiliários por categorias e prazos de vencimento

	Até 3 meses (b.1)	3 meses até 1 ano	1 Ano até 3 anos	Acima de 3 anos	Saldos em 30/06/2017	Valor de custo (b.2)
Títulos do tesouro nacional	597.696	2.447.337	917.276	397.478	4.359.787	4.352.367
Letras financeiras do tesouro	297.812	451.721	917.276	397.478	2.064.287	2.064.200
Letras do tesouro nacional	299.884	1.995.616	-	-	2.295.500	2.288.167
Notas Promissórias	17.689	41.272	-	-	58.961	58.961
Títulos para negociação (b.3)	<u>615.385</u>	<u>2.488.609</u>	<u>917.276</u>	<u>397.478</u>	<u>4.418.748</u>	<u>4.411.328</u>
Ações de companhias abertas	24.544	-	-	-	24.544	26.024
Cotas de fundos de investimento	5.023	-	-	-	5.023	5.023
Títulos disponíveis para venda	<u>29.567</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.567</u>	<u>31.047</u>
Títulos do tesouro nacional	131.152	-	-	-	131.152	131.152
Letras financeiras do tesouro	131.152	-	-	-	131.152	131.152
Cédulas do produto rural - CPR	-	14.580	-	-	14.580	14.580
Títulos mantidos até o vencimento	<u>131.152</u>	<u>14.580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.732</u>	<u>145.732</u>
Total em 30/06/2017	<u>776.104</u>	<u>2.503.189</u>	<u>917.276</u>	<u>397.478</u>	<u>4.594.047</u>	<u>4.588.107</u>
% Concentração	<u>16,9%</u>	<u>54,5%</u>	<u>20,0%</u>	<u>8,6%</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>
Total em 30/06/2016	<u>140.935</u>	<u>2.393.029</u>	<u>1.881.252</u>	<u>360.212</u>	<u>4.775.428</u>	<u>4.786.082</u>
% Concentração	<u>3,0%</u>	<u>50,1%</u>	<u>39,4%</u>	<u>7,5%</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>

(b.1) Inclui ações de companhias abertas e cotas de fundos de investimento, sem data de vencimento.

(b.2) Valor de custo - representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b.3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

Os títulos foram classificados nas categorias:

“Títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. Títulos e Valores Mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 7.420 (30/06/2016 R\$ 3.460 negativo), obtido entre os valores de custo R\$ 4.411.328 (30/06/2016 R\$ 3.456.378) e de mercado R\$ 4.418.748 (30/06/2016 R\$ 3.452.918), foi registrado sob o título de “resultado com títulos e valores mobiliários”.

(ii) O ajuste negativo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 1.480 (30/06/2016 R\$ 7.194 negativo), obtido entre os valores de custo R\$ 31.047 (30/06/2016 R\$ 293.520) e de mercado R\$ 29.567 (30/06/2016 R\$ 286.326), foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

“Títulos mantidos até o vencimento”: classificados em razão da intenção da administração e da capacidade financeira do Conglomerado em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do semestre. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 146.383 (30/06/2016 R\$ 1.005.498). Em 01/01/2017, no vencimento, foi liquidado o montante de R\$ 950.000.

Os títulos privados são custodiados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLC.

(c) Composição de títulos vinculados:

	30/06/2017	30/06/2016
Vinculados a operações compromissadas	1.905.570	2.324.957
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	552.777	205.024
Títulos dados em operações de clearing de câmbio	31.405	27.844
Títulos dados em garantia em ações judiciais	25.170	20.232
Total	2.514.922	2.578.057

(05) - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Composição da carteira de crédito

	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e títulos descontados	2.632.417	3.190.551
Financiamentos	3.384.399	3.148.046
Financiamentos rurais	15.850	1.643
Operações de crédito vinculadas à cessão (nota 5b)	23.839	63.668
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	110.879	3.198
Operações de arrendamento mercantil (ii)	292.282	248.770
Outros créditos (iii)	314.092	232.340
Total da carteira	6.773.758	6.888.216
Repasse interfinanceiros	6.000	-
Fianças prestadas (iv)	927.552	927.781
Ajuste a valor de mercado - item objeto de hedge	138.322 (*)	73.409
Total geral	7.845.632	7.889.406

(*) A oscilação se deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

O Conglomerado realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” e “letras de crédito imobiliário” classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos” conforme descrito na nota explicativa nº 09. Estas captações são lastreadas por operações de crédito que na data destas demonstrações financeiras combinadas perfazem o montante de R\$ 175.322 (30/06/2016 R\$ 298.027).

(i) Adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como redução de “outras obrigações - carteira de câmbio”, conforme nota explicativa nº 06.

(ii) As operações de arrendamento mercantil estão demonstradas pelo método financeiro a valor presente dos contratos e não considera o valor residual dos bens das operações de leasing operacional R\$ 180 (30/06/2016 R\$ 758).

(iii) Outros créditos incluem rendas a receber sobre contratos de câmbio (vide nota explicativa nº 06) e títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 07”a”).

(iv) Fianças prestadas estão registrados em contas de compensação.

(b) Cessão de crédito com coobrigação: As operações de cessão de crédito com coobrigação são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 02 “f” destas Demonstrações Financeiras Combinadas. Em 2017, o Conglomerado não realizou cessão de crédito.

O saldo de operações de crédito cedidas com coobrigação contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período perfaz o montante de R\$ 23.839 (30/06/2016 R\$ 63.668), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 2.325 (2016 R\$ 7.138), registrada na demonstração de resultado sob a rubrica “receitas da intermediação financeira - operações de crédito”. O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pelo Conglomerado, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo na rubrica “outras obrigações - diversas - obrigações por operações vinculadas à cessão”, no montante de R\$ 25.257 (30/06/2016 R\$ 64.935), tendo sido apropriado no semestre despesas de juros no montante de R\$ 1.830 (2016 R\$ 4.839) registrado na rubrica “despesas da intermediação financeira - operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

Durante o período de novembro/2009 a dezembro/2011, foram realizadas operações de cessão de crédito com coobrigação, as quais foram contabilizadas conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 2.568 de 04 de maio de 1995, com baixa dos ativos cedidos e reconhecimento de imediato do resultado apurado nestas transações. O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036 de 30 de novembro de 2011 de diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida, registrando, desta forma, os resultados destas renegociações no mesmo período contábil em que são realizadas.

(c) Cessão de crédito sem coobrigação: A partir de novembro/2016, o Conglomerado passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 172.922 (30/06/2016 R\$ zero), registrada em conta adequada do ativo e registrada em contas de compensação na rubrica “Operações de crédito - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

(d) Composição da carteira de crédito por prazos de vencimento

Parcelas por faixas de vencimento	30/06/2017				30/06/2016			
	(*) A Vencer	Vencidos	Total	%	(*) A Vencer	Vencidos	Total	%
a vencer até 180 dias	2.557.199	21.050	2.578.249	38,1	2.707.999	22.335	2.730.334	39,6
a vencer de 181 a 360 dias	1.477.399	15.150	1.492.549	22,0	1.172.308	16.998	1.189.306	17,3
a vencer acima de 360 dias	2.660.188	25.109	2.685.297	39,6	2.904.386	35.841	2.940.227	42,7
Total vincendas	6.694.786	61.309	6.756.095	99,7	6.784.693	75.174	6.859.867	99,6
vencidos até 60 dias	-	4.744	4.744	0,1	-	7.580	7.580	0,1
vencidos de 61 a 180 dias	-	8.932	8.932	0,1	-	11.254	11.254	0,2
vencidos acima de 180 dias	-	3.987	3.987	0,1	-	9.515	9.515	0,1
Total vencidas	-	17.663	17.663	0,3	-	28.349	28.349	0,4
Total da carteira	6.694.786	78.972	6.773.758	100,0	6.784.693	103.523	6.888.216	100,0

(*) Incluem contratos vencidos até 14 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	41.605	0,6	33.775	0,5
Indústria	2.138.692	31,6	2.026.291	29,4
Comércio	716.529	10,6	843.530	12,2
Instituições financeiras	2.411	—	7.847	0,1
Outros serviços	1.058.161	15,6	1.108.601	16,1
Pessoas físicas	2.816.360	41,6	2.868.172	41,7
Total da carteira	6.773.758	100,0	6.888.216	100,0

(f) Relação dos 20 maiores devedores

(incluem as carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, adiantamentos sobre contratos de câmbio, repasses interfinanceiros, outros créditos e fianças).

Seq.	Maiores devedores/segmento	30/06/2017		
		Saldo em R\$ Mil	% sobre Patrimônio líquido	% sobre Total global da carteira
1	Automobilístico	214.036	9,3%	2,7%
2	Indústria de Pneus	201.938	8,8%	2,6%
3	Automobilístico	181.574	7,9%	2,3%
4	Implementos Agrícolas	172.358	7,5%	2,2%
5	Alimentício	136.460	5,9%	1,7%
6	Automobilístico	121.570	5,3%	1,5%
7	Cosméticos	115.000	5,0%	1,5%
8	Cosméticos	113.408	4,9%	1,4%
9	Indústria de Combustível e Lubrificante	102.094	4,4%	1,3%
10	Eletroeletrônico	90.909	4,0%	1,2%
11	Ferragens e Ferramentas	90.520	3,9%	1,2%
12	Indústria de Cimento	88.922	3,9%	1,1%
13	Conglomerado	69.791	3,0%	0,9%
14	Serviços Administrativos	69.124	3,0%	0,9%
15	Siderurgia	67.210	2,9%	0,9%
16	Construção Civil	62.276	2,7%	0,8%
17	Eletroeletrônico	60.838	2,6%	0,8%
18	Comércio Atacadista	57.617	2,5%	0,7%
19	Indústria e Comércio de Auto Peças	53.025	2,3%	0,7%
20	Comércio Atacadista	51.446	2,3%	0,6%
	Total dos 20 maiores devedores	2.120.116	92,1%	27,0%

Seq.	Maiores devedores/segmento	30/06/2016		
		Saldo em R\$ Mil	% sobre Patrimônio líquido	% sobre Total global da carteira
1	Automobilístico	221.531	10,0%	2,8%
2	Transporte Ferroviários	199.596	9,0%	2,5%
3	Automobilístico	178.861	8,1%	2,3%
4	Alimentício	171.766	7,8%	2,2%
5	Indústria de Cimento	163.704	7,4%	2,1%
6	Holding	110.000	5,0%	1,4%
7	Cosméticos	107.968	4,9%	1,4%
8	Siderurgia	103.633	4,7%	1,3%
9	Automobilístico	101.087	4,6%	1,3%
10	Conglomerado	92.976	4,2%	1,2%
11	Implementos Agrícolas	90.516	4,1%	1,1%
12	Indústria de Combustível e Lubrificante	90.437	4,1%	1,1%
13	Hospitais	75.048	3,4%	1,0%
14	Construção Civil	74.617	3,4%	0,9%
15	Indústria e Comércio de Auto Peças	73.562	3,3%	0,9%
16	Atacadistas	70.086	3,2%	0,9%
17	Construção Civil	60.894	2,8%	0,8%
18	Comércio Atacadista	58.902	2,7%	0,7%
19	Farmacêutico	51.524	2,3%	0,7%
20	Comércio Varejista	50.821	2,3%	0,6%
	Total dos 20 maiores devedores	2.147.529	97,3%	27,2%

(g) Concentração da carteira de crédito (incluem as carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, adiantamentos sobre contratos de câmbio, repasses interfinanceiros, outros créditos e fianças).

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Maior devedor	214.036	2,7%	221.531	2,8%
Total dos 20 maiores devedores	2.120.116	27,0%	2.147.529	27,2%
Total dos 50 maiores devedores	3.320.779	42,3%	3.202.538	40,6%
Total dos 100 maiores devedores	4.088.743	52,1%	3.902.168	49,5%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(h) **Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:** A Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco estão demonstradas a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2017					30/06/2016				
	Saldo da carteira de crédito			Provisão		Saldo da carteira de crédito			Provisão	
	(*) A vencer	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil	(*) A vencer	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil
AA	1.088.409	-	1.088.409	-	-	1.095.618	-	1.095.618	-	-
A	4.097.713	-	4.097.713	20.489	22.298	4.065.012	-	4.065.012	20.325	20.329
B	1.021.579	7.434	1.029.013	10.290	10.290	1.336.435	10.462	1.346.897	13.469	13.469
C	350.287	8.800	359.087	10.773	28.373	211.945	12.361	224.306	6.729	26.516
Soma de "AA a C"	6.557.988	16.234	6.574.222	41.552	60.961	6.709.010	22.823	6.731.833	40.523	60.314
D	77.000	6.570	83.570	8.357	28.548	49.447	8.506	57.953	5.795	35.709
E	34.483	4.890	39.373	11.812	39.373	14.364	9.063	23.427	7.028	20.711
F	9.064	6.991	16.055	8.028	16.055	3.602	6.843	10.445	5.223	9.175
G	685	4.602	5.287	3.702	5.287	491	4.509	5.000	3.500	5.000
H	15.566	39.685	55.251	55.251	55.251	7.779	51.779	59.558	59.558	59.558
Soma de "D a H"	136.798	62.738	199.536	87.150	144.514	75.683	80.700	156.383	81.104	130.153
Total	6.694.786	78.972	6.773.758	128.702	205.475	6.784.693	103.523	6.888.216	121.627	190.467

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(i) **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	1º Semestre	
	2017	2016
Saldo inicial do período	207.341	171.302
Complemento líquido de reversão	27.292	42.067
Baixas	(29.158)	(22.902)
Saldo final do período	205.475	190.467

O saldo da provisão atingiu o montante de R\$ 205.475 (30/06/2016 R\$ 190.467), correspondente a 3,0% (30/06/2016 2,8%) do total da carteira, desconsiderando o montante de repasses interfinanceiros, fianças prestadas e ajustes a valor de mercado - item objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99 decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com coobrigação segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533 é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99 e está registrada no montante de R\$ 177 (30/06/2016 R\$ 3.340).

No semestre, foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 34.083 (2016 R\$ 25.704) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 11.737 (2016 R\$ 9.008). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 143.635 (30/06/2016 R\$ 147.028) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo, alteração nos prazos de vencimento, ou nas outras condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

(06) - CARTEIRA DE CÂMBIO

	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Câmbio comprado a liquidar	115.030	3.723	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	464	408
Direitos sobre vendas de câmbio	467	418	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	110.879	4.197
Adiantamentos recebidos	(467)	(398)	-	-
Adiantamentos s/contratos de câmbio	-	-	(110.879)	(3.198)
Rendas a receber	1.765	43	-	-
Total global	116.795	3.786	464	1.407

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 27.261 (30/06/2016 R\$ 4.108) estão registradas em contas de compensação.

(07) - OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

(a) **Outros créditos - Diversos:**

	30/06/2017	%	30/06/2016	%
Títulos e créditos a receber (i)	312.327	44,2%	232.297	40,0%
Depósitos judiciais	169.799	24,0%	189.823	32,7%
Créditos tributários (nota 8b)	188.283	26,7%	132.123	22,8%
Carteira de crédito - recursos em trânsito	16.300	2,3%	15.316	2,6%
Tributos antecipados	9.108	1,3%	-	0,0%
Outros	10.345	1,5%	10.881	1,9%
Total	706.162	100,0%	580.440	100,0%

(i) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios, com vencimento até 06/07/2018 à taxa de 10,49% a.a. até 42,57% a.a.

(b) **Outros valores e bens:** composto principalmente por veículos e imóveis recebidos por dação de pagamento e reintegração de posse e despesas antecipadas que refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

(c) **Despesas antecipadas:** composto substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(08) - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	96.173	94.150
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(43.278)	(42.368)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	9.379	9.097
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	(6.378)	(2.429)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	839	(8.617)
Resultado obtido com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(8.867)	(8.602)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	2.562	1.428
Superveniência/insuficiência de depreciação	(168)	4.797
Obrigações fiscais diferidas	(1.996)	65.900
Ativo fiscal diferido	19.472	(49.025)
Créditos amortizados para prejuízo	(4.815)	(4.812)
Outros valores	3.891	4.449
Imposto de renda e contribuição social	(29.359)	(30.182)
Sendo:		
Impostos correntes	(46.835)	(47.057)
Impostos diferidos	17.476	16.875
Despesa contabilizada	(29.359)	(30.182)

(i) Vide nota explicativa nº 02"i".

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldos			
	31/12/2016	Constituição	Realização	30/06/2017
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	30.254	9.235	(5.802)	33.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.164	20.133	(20.486)	72.811
Prejuízo fiscal de I.R.P.J. e C.S.L.L.	19.016	3.926	(2.268)	20.674
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	6.510	38.357	(9.078)	35.789
Outros créditos tributários	20.936	17.845	(13.459)	25.322
Total - Créditos Tributários	149.880	89.496	(51.093)	188.283
Obrigações fiscais diferidas	(49.558)	(27.188)	7.734	(69.012)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	100.322	62.308	(43.359)	119.271
% sobre Patrimônio Líquido	4,44%			5,18%

A Administração do Conglomerado, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2017 das empresas pertencentes ao Conglomerado, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	Realização					
	1 ano	2 ano	3 ano	4 ano	5 ano	+ 5 anos
	21%	31%	15%	16%	13%	4%

Na data-base do balanço, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 94.451. Os créditos tributários não ativados em 30/06/2017, que inclui a majoração da alíquota de CSLL, totalizavam R\$ 54.503 (30/06/2016 R\$ 57.812).

(09) - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

(a) Composição dos recursos captados

	30/06/2017	30/06/2016
Depósitos à vista	23.693	22.321
Depósitos a prazo	165.662	99.863
Total de depósitos	189.355	122.184
Captações no mercado aberto	1.899.990	2.199.986
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.607.364	5.936.041
Letras de crédito imobiliário	—	498
Letras de crédito do agronegócio	162.609	262.467
Letras financeiras	3.992.928	4.386.672
Letras de arrendamento mercantil	1.451.827	1.286.404
Obrigações por empréstimos no país	142.506	135.685
Obrigações por empréstimos no exterior	107.286	2.950
Obrigações por repasses no país	1.673.987	1.639.950
Obrigações por repasses no exterior	6.000	—
Obrigações por operações vinculadas a cessão (nota 5b)	25.257	64.935
Total dos recursos captados	9.651.745	10.101.731

(b) Composição de depósitos e captações por prazos de vencimento

	Até 3 meses(*)	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 30/06/2017
Depósitos à vista	23.693	—	—	—	23.693
Depósitos a prazo (i)	5.875	134.967	24.820	—	165.662
Total de depósitos	29.568	134.967	24.820	—	189.355
Captações no mercado aberto	1.899.990	—	—	—	1.899.990
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.533.705	1.254.236	2.706.811	112.612	5.607.364
Letras de crédito do agronegócio	46.970	114.886	753	—	162.609
Letras financeiras	1.393.226	848.329	1.695.617	55.756	3.992.928
Letras de arrendamento mercantil	93.509	291.021	1.010.441	56.856	1.451.827
Obrigações por empréstimos no País	—	142.506	—	—	142.506
Obrigações por empréstimos no exterior	38.054	69.232	—	—	107.286
Obrigações por repasses no país (ii)	147.623	669.199	624.837	232.328	1.673.987
Obrigações por repasses no exterior	—	6.000	—	—	6.000
Obrigações por operações vinculadas à cessão	4.526	8.947	11.591	193	25.257
TOTAL DE CAPTAÇÕES	3.653.466	2.285.087	3.368.059	345.133	9.651.745
% Concentração por prazo	37,9%	23,7%	34,9%	3,6%	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

	<u>Até 3 meses(*)</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>1 ano a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total 30/06/2016</u>
Depósitos à vista	22.321	–	–	–	22.321
Depósitos a prazo (i)	8.296	23.287	68.280	–	99.863
Total de Depósitos	30.617	23.287	68.280	–	122.184
Captações no mercado aberto	2.199.986	–	–	–	2.199.986
Recursos de aceites e emissão de títulos	915.905	1.651.502	3.268.591	100.043	5.936.041
Letras de crédito imobiliário	498	–	–	–	498
Letras de crédito do agronegócio	63.400	175.938	23.129	–	262.467
Letras financeiras	819.935	1.201.069	2.322.204	43.464	4.386.672
Letras de arrendamento mercantil	32.072	274.495	923.258	56.579	1.286.404
Obrigações por empréstimos no País	–	–	135.685	–	135.685
Obrigações por empréstimos no exterior	386	2.564	–	–	2.950
Obrigações por repasses	149.294	362.403	833.039	295.214	1.639.950
Obrigações por operações vinculadas à cessão	32.108	9.499	16.752	6.576	64.935
TOTAL DE CAPTAÇÕES	3.328.296	2.049.255	4.322.347	401.833	10.101.731
% Concentração por prazo	32,9%	20,3%	42,8%	4,0%	100,0%

(*) inclui os depósitos à vista que não possuem prazo de vencimento final.

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 132.659 (30/06/2016 R\$ 64.938), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/12/2022 à taxa pré-fixada de 1,97% até 9,50% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 1,70% até 2,98% ao ano mais SELIC e pós-fixada de 1,80% até 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES); Operações de FINAME, com vencimentos até 15/01/2025 à taxa pré-fixada de 16,14% ao ano, pós-fixada de 1,40% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 1,70% a 2,00% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), pós-fixada de 2,00% ao ano mais Dólar e pós-fixada de 1,70% até 2,48 % ao ano mais SELIC.

(10) - OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Riscos fiscais e previdenciários (nota 11) (i)	–	62.895
Provisão para imposto de renda e contribuições diferidos (nota 8b)	69.012	47.010
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	23.891	24.010
Impostos e contribuições a recolher	11.150	11.264
Total	104.053	145.179

(i) Conforme Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19/09/2016, a rubrica “provisões para riscos fiscais” foi reclassificada de “outras obrigações - fiscais e previdenciárias” para “outras obrigações - diversas” (vide nota explicativa nº 10 b).

(b) Diversas:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Provisão para contingências fiscais(nota 11) (i)	63.098	–
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5b)	25.257	64.935
Provisão para contingências trabalhistas (nota 11)	45.062	26.219
Provisão para pagto. de despesas administrativas e pessoal	38.359	39.998
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	21.611	27.506
Provisão para garantias prestadas (nota 11)	9.812	7.899
Provisão para contingências cíveis (nota 11)	5.101	6.070
Credores diversos	13.241	9.575
Total	221.541	182.202

(i) vide nota explicativa nº 10 a.

(11) - PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras combinadas são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

<u>Movimentação</u>	<u>Fiscais e previdenciárias</u>		<u>Trabalhistas</u>		<u>Prestitos e de garantias</u>	
	<u>(a)</u>	<u>(b)</u>	<u>(c)</u>	<u>(d)</u>	<u>(e)</u>	<u>(f)</u>
Saldo inicial em 01/01/2017	57.752	37.906	6.173	8.158		
(+) Complemento de provisão	7.838	13.805 (*)	2.473	2.710		
(+) Atualização de provisão	705	–	–	–		
(-) Reversão de provisão	(3.197) (**)	–	(1.784)	(1.056)		
(-) Baixa por pagamento	–	(6.649)	(1.761)	–		
Saldo final em 30/06/2017	63.098	45.062	5.101	9.812		

(*) Refere-se à revisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(**) Reversão do PIS EC 10/96 em decorrência de decisão judicial transitada em julgado R\$ 3.197.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para:

(i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal sob alegação de que incidem contribuições sociais na venda de bens do ativo permanente no montante de R\$ 29.164 (30/06/2016 R\$ 21.292);

(ii) A cobrança de IRPJ sobre lucro inflacionário realizado à menor - Lei nº 8.200/91 - no montante de R\$ 1.700 (30/06/2016 R\$ 1.700);

(iii) A cobrança de IRPJ sobre o prejuízo fiscal - Lei nº 8.200/91 - no montante de R\$ 1.900 (30/06/2016 R\$ 1.900); e

(iv) cobrança do ISS - Prestação de Garantia e Fiança no montante de R\$ 12.337 (30/06/2016 R\$ 10.398).

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica “provisão para contingências” do grupo “outras obrigações - diversas”, e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível:

O Conglomerado possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 189.543 (30/06/2016 R\$ 155.415) com destaque para:

- PIS/COFINS - refere-se à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS/COFINS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços. Ante a referida norma, as empresas do Conglomerado ingressaram com ação e obtiveram decisão favorável que afastou tal pretensão, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF), já transitada em julgado. Em que pese este afastamento pelo STF, as empresas do Conglomerado voltaram a ter estes valores questionados pela Receita Federal do Brasil e estão contestando administrativa e judicialmente estas cobranças - R\$ 120.019 (30/06/2016 R\$ 115.022).

Cabe ressaltar ainda a existência de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil sob alegação de não pagamento de tributos nas operações de desmutualização e venda de ações da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão bem como da incorporação das ações da Bovespa Holding pela Nova Bolsa, no montante de R\$ 49.483 (30/06/2016 R\$ 76.041).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e no exigível ao longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas" e leva em conta as datas esperadas de pagamentos (vide nota explicativa 10"b").

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Conglomerado a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 32.315 (30/06/2016 R\$ 39.208) na data destas demonstrações financeiras combinadas.

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "outras obrigações diversas" (vide nota explicativa 10 "b"). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 16.283 (30/06/2016 R\$ 16.801) na data destas demonstrações financeiras combinadas, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(d) A provisão para coobrigações e riscos em garantidas prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de R\$ 927.552 (30/06/2016 R\$ 927.781) referente a fianças prestadas e de R\$ 27.261 (30/06/2016 R\$ 4.108) referente a créditos abertos para importação. As provisões constituídas eram R\$ 9.562 (30/06/2016 R\$ 7.877) e R\$ 250 (30/06/2016 R\$ 22), respectivamente.

(12) - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelos valores e número de ações/cotas das seguintes empresas:

	Quantidade ações em circulação	Valores em R\$ mil		
		Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período
Banco Alfa S.A.	25.380.650	49.000	99.799	2.585
Financeira Alfa S.A. - CFI	103.102.756	400.030	820.101	23.778
Banco Alfa de Investimento S.A. e as suas controladas :	88.930.584	653.000	1.381.423	40.450
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	20.485.056	178.300	312.601	7.095
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	16.000.000	161.176	253.947	2.878
BRI Participações Ltda. (a)	26.867.343	(b) 26.868	445.905	14.754

(a) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,32% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 138.557 (30/06/2016 R\$ 135.529).

(b) Quantidade de cotas possuídas.

Ações em Tesouraria (Financeira Alfa S.A.):

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, e do art. 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 15 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 4.100, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 900.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09/03/2017 foi autorizado o cancelamento de 259.400 (duzentas e cinquenta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias e 152.400 (cento e cinquenta e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais, que se encontravam em tesouraria em 31/12/2016, recompradas no âmbito do Programa de Recompra de Ações.

Durante o semestre, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 40.600 ações ordinárias e 51.800 preferenciais, no montante de R\$ 346.

O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 3,5000 e por ação PN é de R\$ 3,7000, R\$ 3,9445 e R\$ 4,0000, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2017, era de R\$ 3,80 por ação ON e R\$ 4,00 por ação PN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(13) - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016	1º Semestre	
			2017	2016
	Ativos	Ativos	Receitas	Receitas
	(passivos)	(passivos)	(despesas)	(despesas)
Depósitos à Vista	(854)	(1.963)	-	-
- Controlador	(14)	(315)	-	-
Administração Fortaleza Ltda.	(1)	-	-	-
Alfa Holdings S.A.	(9)	(166)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(1)	(146)	-	-
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(3)	(3)	-	-
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(77)	(1.202)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(763)	(446)	-	-
Agropecuária Paraná Ltda.	(24)	-	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(18)	(15)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(202)	(16)	-	-
C&C Casa e Construção Ltda.	(16)	(30)	-	-
Companhia Refinadora da Amazonia	(6)	(1)	-	-
Fundação Clemente Faria	(2)	(32)	-	-
Metro Dados Ltda.	(3)	(3)	-	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(4)	(2)	-	-
Metro Táxi Aéreo Ltda.	(1)	(1)	-	-
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(5)	(97)	-	-
Outras	(482)	(249)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(14.302)	(13.320)	(14.302)	(13.320)
- Controlador	(8.899)	(8.056)	(8.899)	(8.056)
Administradora Fortaleza Ltda.	(1)	(1)	(1)	(1)
Alfa Holdings S.A.	(1.193)	(842)	(1.193)	(842)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(1.190)	(840)	(1.190)	(840)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(6.506)	(6.371)	(6.506)	(6.371)
Pessoa Física	(9)	(2)	(9)	(2)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(5.403)	(5.264)	(5.403)	(5.264)
- Recursos de emissão de títulos	(364.040)	(339.833)	(21.010)	(23.118)
- Controlador	(163.029)	(33.014)	(8.988)	(2.343)
Alfa Holdings S.A.	(7.362)	(1.387)	(320)	(220)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(17.363)	(15.541)	(1.039)	(1.114)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(134.604)	(11.587)	(7.421)	(718)
Pessoa Física	(3.700)	(4.499)	(208)	(291)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(21.668)	(28.889)	(1.546)	(2.021)
- Outras partes relacionadas (1)	(179.343)	(277.930)	(10.476)	(18.754)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(2.996)	(3.253)	(125)	(141)
Fundação Clemente de Faria	(66.037)	(60.896)	(3.731)	(4.079)
Metro Dados Ltda.	(23.010)	(11.089)	(1.290)	(738)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(3.132)	(3.710)	(204)	(234)
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(18.542)	(128.703)	(1.122)	(8.597)
Pessoa Física	(65.626)	(70.279)	(4.004)	(4.965)
Outras transações (2)	(1.039)	(923)	(10.112)	(8.614)
- Outras partes relacionadas (1)	(1.039)	(923)	(10.112)	(8.614)
Alfa Seguradora S.A.	242	191	-	-
Agropalma S.A.	31	24	-	-
Metro Dados Ltda.	(172)	(152)	(1.091)	(875)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(320)	(275)	(2.936)	(2.180)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(463)	(489)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	(857)	(741)	(5.622)	(5.070)
Outras	37	30	-	-

Todas as transações entre as empresas integrantes do Conglomerado e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se basicamente à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado Financeiro Alfa.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, de cada empresa do Conglomerado, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 14.244 (2016 R\$ 13.923) para membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O Conglomerado não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(b.1) Conforme legislação em vigor, o Conglomerado não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Conglomerado empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do conselho de administração ou da diretoria executiva e seus familiares.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2017: BAI: Ordinárias 3,637%, Preferenciais 26,288% e do total de ações de 12,582%. FASA: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações de 16,786%

(14) - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

Risco de mercado - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de fator de decaimento (lâmbda) de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.193 de 01/03/2013, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.281 de 31/10/2013. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco de liquidez - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento à Resolução BACEN nº 4.090 de 24/05/2012, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388 de 18/12/2014, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera uma caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade.

Risco de crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve em conformidade com as disposições do Art. 3º da Resolução BACEN nº 3.721 de 30/04/2009, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388 de 18/12/2014, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito.

Risco operacional - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, conceituados na Resolução BACEN nº 3.380 de 29/06/2006, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388 de 18/12/2014, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à controladoria, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme disposto no Artigo 18 da Circular BACEN nº 3.678 de 31/10/2013, com as alterações da redação dada pela Circular BACEN nº 3.716 de 21/08/2014, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(15) - ÍNDICE DE CAPITAL

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2017, atingiu índice de capital de 24,91% (30/06/2016 24,81%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2017, que equivale a 10,5% (PR 9,250% + ACP 1,250%).

Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)	
	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência - Nível I		
Capital Principal	2.282.532	2.196.630
Patrimônio Líquido	2.301.370	2.208.114
(-) Ajustes Prudenciais	(18.838)	(11.484)
Patrimônio de Referência (PR)	2.282.532	2.196.630
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	9.162.787	8.852.985
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	7.756.551	7.426.088
Risco de Mercado	360.922	440.499
Risco Operacional	1.045.314	986.398
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	847.558	874.232
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	114.535	55.331
Índice de Basileia	24,91%	24,81%
Capital de Nível I	24,91%	24,81%
Capital Principal	24,91%	24,81%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial".

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2017, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 16,65% (30/06/2016 15,92%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento à Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(16) - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender às necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo-se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Conglomerado com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Conglomerado.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2017 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros e de swap, registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2017	30/06/2016
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	9.416	12.245
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	(136.087)	(21.707)
Total	(126.671)	(9.462)
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	14.995	32.156
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	13.524	42.860
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(63.912)	(14.461)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(91.278)	(70.017)
Total	(126.671)	(9.462)

(*) A oscilação se deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

b) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Pré	275.612	384.794	396.082	558.251	691.729	686.370
Mercado interfinanceiro	246.203	407.395	407.395	480.629	717.075	717.075
Índices	105.633	123.564	124.527	106.542	121.175	120.627
Posição ativa	627.448	915.753	928.004	1.145.422	1.529.979	1.524.072
Pré	246.203	393.416	399.397	480.629	708.006	691.012
Mercado interfinanceiro	381.245	519.215	519.215	664.793	820.815	820.815
Posição passiva	627.448	912.631	918.612	1.145.422	1.528.821	1.511.827
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	3.122	9.392	-	1.158	12.245
Prêmio de Opções	-	334	24	-	-	-
Total	-	334	24	-	-	-
Hedge de valor justo:			9.416			12.245

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	1.978.096	2.424.043	2.424.043	2.070.437	2.458.194	2.458.194
Moeda Estrangeira	159.200	140.669	142.506	159.200	131.898	135.686
Posição ativa	2.137.296	2.564.712	2.566.549	2.229.637	2.590.092	2.593.880
Pré	1.978.096	2.406.781	2.511.928	2.070.437	2.433.347	2.448.789
Mercado interfinanceiro	159.200	189.885	190.708	159.200	166.798	166.798
Posição passiva	2.137.296	2.596.666	2.702.636	2.229.637	2.600.145	2.615.587
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	(31.954)	(136.087)	-	(10.053)	(21.707)

c) Contrato de futuros:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Quantidade de contratos	Valor referencial	Valor justo	Quantidade de contratos	Valor referencial	Valor justo
Compromissos de venda - DI	28.265	(2.686.566)	-	16.100	(1.479.963)	-
Compromissos de compra - DI	4.110	293.896	-	600	50.054	-
Compromissos de venda - Dólar	20	(3.327)	-	5	(810)	-
Compromissos de compra - Dólar	-	-	-	65	10.432	-
Compromissos de venda - Euro	-	-	-	50	(8.909)	-
Total contratos futuros	32.395	(2.395.997)	-	16.820	(1.429.196)	-

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo - saldo a receber	Hedge de		Ativo - saldo a receber	Hedge de	
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
swaps	20.304	8.191	28.495	36.798	38.218	75.016
Prêmio de opções	24	-	24	-	-	-
Total	20.328	8.191	28.519	36.798	38.218	75.016
	30/06/2017			30/06/2016		
	Passivo - saldo a pagar	Hedge de		Passivo - saldo a pagar	Hedge de	
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
swaps	10.912	144.278	155.190	24.553	59.925	84.478

e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:

	30/06/2017					30/06/2016				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
swaps	752	1.590	5.930	1.120	9.392	(271)	2.299	6.477	3.740	12.245
Prêmio de opções	-	24	-	-	24	-	-	-	-	-
Total	752	1.614	5.930	1.120	9.416	(271)	2.299	6.477	3.740	12.245

Hedge de valor justo:

	30/06/2017					30/06/2016				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
swaps	1.589	(52.872)	(43.101)	(41.703)	(136.087)	3.520	12.147	(24.436)	(12.938)	(21.707)

f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2017			2016		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	(101)	(59.376)	(59.477)	242	(164.675)	(164.433)
futuro	(8.578)	-	(8.578)	6.121	-	6.121
Prêmio de opções	(526)	-	(526)	10	-	10
Total	(9.205)	(59.376)	(68.581)	6.373	(164.675)	(158.302)

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi o seguinte:

	1º Semestre					
	2017			2016		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	(1.742)	(45.470)	(47.212)	(11.340)	(144.229)	(155.569)
opções	(310)	-	(310)	-	-	-
Total	(2.052)	(45.470)	(47.522)	(11.340)	(144.229)	(155.569)

h) Contabilidade de hedge: O Conglomerado realizou operações de *hedge* de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada e variação cambial representada por parcelas de operações de crédito, arrendamento mercantil e captação, realizado nos termos da Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(h.1) Hedge de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada e variação cambial:

Com relação ao risco de taxa de juros pré-fixada representado por parcelas de crédito e arrendamento mercantil e variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Conglomerado adotou a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas. A estratégia de *hedge* adotada tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito, arrendamento mercantil e da variação cambial sobre a captação.

Através da estratégia de *hedge* a administração tem por objetivo proteger o *spread* das operações e a variação cambial. Estas operações de *hedge* são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade do *hedge* e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de *hedge*, considerando tratar-se de uma operação de *hedge* de risco de mercado.

O valor contábil e de mercado dos itens objeto de *hedge* são, respectivamente: R\$ 2.685.387 (30/06/2016 R\$ 2.913.112) e R\$ 2.825.992 (30/06/2016 R\$ 2.990.312). O valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* era de R\$ 2.566.549 (30/06/2016 R\$ 2.593.880) de *swap* ponta ativa e R\$ 2.702.636 (30/06/2016 R\$ 2.615.587) de *swap* ponta passiva.

(17) - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, o Conglomerado realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Conglomerado e aprovado em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Conglomerado com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; (c) situação de estresse considerada pelo Conglomerado com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários "b" e "c" abaixo, estão sendo apresentado por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2017			
	MTM - exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	1.300.868	(25.996)	(25.829)	(49.243)
Exposição	30/06/2016			
	MTM - exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	2.251.224	(40.832)	(50.540)	(97.260)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(18) - OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Composta por :	1º semestre			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Serviços de Análise de Crédito	12.366	32,5%	11.168	34,1%
Comissões sobre Garantias Prestadas	9.466	24,9%	7.489	22,9%
Taxa de Administração de Fundos e Carteiras	5.779	15,2%	5.268	16,1%
Outros Serviços Bancários: Custódia, Cobrança, outros	5.876	15,5%	7.002	21,3%
Tarifas de Câmbio e Operações de Bolsa	4.517	11,9%	1.820	5,6%
Total	38.004	100,0%	32.747	100,0%

(b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Processamento de dados e informática	(18.901)	33,6%	(17.336)	33,1%
Serviços de terceiros	(10.744)	19,1%	(10.222)	19,5%
Aluguéis e condomínio	(6.715)	11,9%	(7.008)	13,4%
Serviços do sistema financeiro	(4.026)	7,1%	(4.326)	8,3%
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(2.732)	4,9%	(1.673)	3,2%
Comunicações	(2.172)	3,9%	(2.075)	4,0%
Despesas com vendas - comissões	(1.880)	3,3%	(1.793)	3,4%
Viagens	(1.671)	3,0%	(1.535)	2,9%
Depreciação e amortização	(1.560)	2,8%	(1.406)	2,7%
Vigilância e segurança	(1.375)	2,4%	(1.216)	2,3%
Outras despesas administrativas	(4.543)	8,0%	(3.834)	7,2%
Total	(56.319)	100,0%	(52.424)	100,0%

(c) Outras receitas operacionais

	1º Semestre			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Rendas de títulos e créditos	20.362	62,9%	25.731	73,6%
Atualização de depósitos judiciais e de tributos a compensar	5.107	15,8%	7.137	20,4%
Reversão de provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	4.831	14,9%	90	0,3%
Dividendos recebidos e/ou declarados	409	1,3%	-	0,0%
Outras receitas	1.677	5,1%	1.987	5,7%
Total	32.386	100,0%	34.945	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - EM R\$ MIL

(d) Outras despesas operacionais

	1º Semestre			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Despesas de comissão, intermediação e equalização de contratos	(48.807)	60,2%	(55.776)	77,6%
Atualização e provisão para riscos fiscais, trabalhista, cíveis e garantias prestadas	(26.505)	32,7%	(12.621)	17,6%
Outras	(5.780)	7,1%	(3.485)	4,8%
Total	(81.092)	100,0%	(71.882)	100,0%

(e) Resultado não operacional: Composto basicamente por resultado obtido na venda de valores e bens.

(f) Administração de recursos de terceiros: O Conglomerado administra e faz a gestão de fundos de investimento de renda fixa, de ações e multimercado, além de carteiras administradas de particulares, cujos patrimônios líquidos na data do balanço totalizavam R\$ 5.684.355 (30/06/2016 R\$ 4.632.853).

(g) Contratação de seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 75.160 (30/06/2016 R\$ 74.502) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (30/06/2016 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (30/06/2016 R\$ 2.200), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

(h) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 informamos que as instituições financeiras integrantes do Conglomerado não mantêm planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios a seus empregados.

i) A Medida Provisória nº 675 de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07/10/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

(19) - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2017	2016
No início do semestre	776.101	454.260
Disponibilidade	2.117	3.289
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	773.984	450.971
No final do semestre	594.362	727.264
Disponibilidade	3.501	4.460
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	590.861	722.804
Caixa e equivalente de caixa	<u>(181.739)</u>	<u>273.004</u>

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 1º SEMESTRE DE 2017

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 11 vezes no período de janeiro a junho de 2017, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBOVESPA, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional e gestão de capital, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Implementações com aumento de acesso a um maior número de informações sobre suspeições ou desabonos trouxeram um ganho na atividade da área.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação dos dois últimos trimestres de 2016 e do primeiro trimestre de 2017.

Relativamente à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2017, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 08 de agosto de 2017

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Aos
Administradores do
Conglomerado Financeiro Alfa
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Alfa ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Alfa em 30 de junho de 2017, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação às instituições que compõem o Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações combinadas do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Conglomerado, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições que compõem o Conglomerado continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições que compõem o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições que compõem o Conglomerado.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições que compõem o Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições que compõem o Conglomerado a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO GUILHERME MONTEIRO LOBATO RIBEIRO - PRESIDENTE

FERNANDO PINTO DE MOURA - CONSELHEIRO

HUMBERTO MOURÃO DE CARVALHO - CONSELHEIRO

LUIZ ALVES PAES DE BARROS - CONSELHEIRO

RUBENS GARCIA NUNES - CONSELHEIRO

DIRETORIA

FÁBIO ALBERTO AMOROSINO - DIRETOR PRESIDENTE - ATACADO

RUBENS BUTION - DIRETOR PRESIDENTE - VAREJO

ADILSON AUGUSTO MARTINS JUNIOR - DIRETOR

ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA - DIRETOR

ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO - DIRETOR

BENY FITERMAN - DIRETOR

FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA - DIRETOR

JOSÉ ELANIR DE LIMA - DIRETOR

LUCIANE RIBEIRO - DIRETORA

RENATA CANALLE MARCUS - DIRETORA

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS

CRC 1SP 232846/O-2



PRODUTOS E SERVIÇOS

INVESTIMENTO E TESOURARIA

- Certificados de depósitos bancários
- Fundos de investimento de renda fixa
- Fundos de investimento de renda variável
- Carteiras administradas
- Compra e venda de ações
- Compra e venda de títulos públicos e privados
- Consultoria financeira
- Operações de swaps
- Operações estruturadas
- Compra e venda de *export notes*

EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

- Cheque especial
- Crédito direto ao consumidor
- Crédito pessoal/consignado
- Leasing
- Aquisição de recebíveis
- Financiamento de vendas
 - Desconto de títulos
 - Vendor
 - Compropr
- Empréstimos de capital de giro, curto e longo prazos, em moeda nacional
- Repasses BNDES - POC/FINAME
- Repasses de recursos externos
- Garantias, fianças e avais

MERCADO DE CAPITALIS

- Mercados primário e secundário
 - Renda fixa - originação e distribuição
 - Renda variável - originação e distribuição

COMÉRCIO EXTERIOR

EXPORTAÇÃO

- Adiantamento sobre contratos de câmbio
- Confirmação de cartas de crédito
- Desconto de cambiais de exportação

IMPORTAÇÃO

- Cartas de crédito e cobranças
- Financiamento de curto e longo prazo

OUTRAS

- Garantias e fianças do/e para o exterior
- Operações interbancárias de câmbio

SERVIÇOS BANCÁRIOS

- Contas-correntes
- Custódia de cheques
- Cobrança bancária
- Custódia eletrônica de títulos
- Eletronic Banking
- Atendimento a clientes
 - ALFA LINE
 - Ouvidoria: 0800-7220140
 - ALFANET



SEDE

Alameda Santos, 466 - Cerqueira César - São Paulo - CEP 01418-000
Atendimento a Clientes
ALFALINE: 0800-553355 • e-mail: alfanet@alfa.com.br • Internet: www.bancoalfa.com.br
Ouvidoria: 0800-7220140

AGÊNCIAS

Belo Horizonte - MG

Rua Antônio de Albuquerque, 271 - 7 andar - CEP 30112-010
Telefone: (0xx31) 4501-1270 • e-mail: agenciabh@bancoalfa.com.br

Brasília - DF

SBN Q 01 Bloco nº 14 - Edifício C.N.C. Salas 401/402 - CEP 70040-000
Telefone: (0xx61) 3328-1821 • e-mail: agenciabras@bancoalfa.com.br

Campinas - SP

Rua Maria Monteiro, 716 - Cambuí - CEP 13025-151
Telefone: (0xx19) 3251-9999 • e-mail: agenciacamp@bancoalfa.com.br

Curitiba - PR

Rua Marechal Deodoro, 941 - Centro - CEP 80060-010
Telefone: (0xx41) 4501-3450 • e-mail: agenciactba@bancoalfa.com.br

Porto Alegre - RS

Avenida Dom Pedro II, 1.351 - Cj. 501 - Higienópolis - CEP 90550-143
Telefone: (0xx51) 3337-8970 • e-mail: agenciapoa@bancoalfa.com.br

Rio de Janeiro - RJ

Avenida Rio Branco, 99 - Loja/Sobreloja - Centro - CEP 20040-004
Telefone: (0xx21) 2123-8926 • e-mail: agenciarj@bancoalfa.com.br

Salvador - BA

Avenida Tancredo Neves, 450 - Cj. 1902 - Caminho das Árvores - CEP 41820-020
Telefone: (0xx71) 2105-7321 • e-mail: agenciasalv@bancoalfa.com.br

São Paulo - SP

Alamedas Santos, 466 1º andar - Cerqueira Cesar - CEP 01418-000
Telefone: (0xx11) 3063-4063 • e-mail: agenciasp@bancoalfa.com.br